



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

CONCURSO PÚBLICO 2012



CADERNO DE QUESTÕES

ANALISTA FAZENDÁRIO

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – TECNOLOGIA QUE VEM EM BOA HORA

O Globo, junho de 2012

O mundo das telecomunicações e da informática, cada vez mais integrado, evolui com uma rapidez inacreditável, e essas transformações passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas. Seja na produção, na prestação de serviços ou no lazer, ninguém mais pode abrir mão dessa ferramenta. O acesso a esse tipo de tecnologia não é exclusivo de países com economia avançada, cujo elevado nível de renda sustenta um amplo mercado de consumo sofisticado. A tecnologia da informação está presente no aparelho de telefone celular do cidadão comum. Hoje, no Brasil, a utilização do celular se tornou quase um serviço de primeira necessidade, não só para questões pessoais, mas também para uso profissional.

Além do aparelho de telefone celular, o microcomputador e os tablets estão presentes nos lares brasileiros, nas escolas, nos locais de trabalho. Troca-se mensagens, busca-se informações, contrata-se serviços, compra-se bens e até se fala de viva voz, razão original de ser dos aparelhos de telefone. Bibliotecas, arquivos de documentos, fotografias, filmes e músicas viraram “virtuais”, armazenados em minúsculos chips de memória ou nas “nuvens”, como se diz no jargão da informática.

Mas esse mundo só é viável com a existência de “vias” e “sistemas de processamentos de dados” que possibilitem a intercomunicação dos usuários dos serviços. A rede chamada internet, por exemplo, depende de uma infraestrutura, e tal infraestrutura deve estar preparada para demandas crescentes por transmissão de dados e imagens em alta velocidade.

O Brasil será sede de grandes eventos internacionais nos próximos anos e por isso é preciso correr na instalação dessa infraestrutura. A terceira geração (3G) de telefonia celular nem mesmo chegou aos quatro cantos do território nacional e já existe demanda efetiva para a quarta geração (4G). Esta semana a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) promoveu licitação para que empresas operadoras possam oferecer serviços com essa tecnologia, e o resultado foi bastante positivo, com as companhias vencedoras pagando ágio pelas licenças, em uma receita total que ultrapassará o valor de R\$2,5 bilhões. As maiores operadoras de telefonia do país adquiriram as licenças, de modo que se pode prever que o ambiente continuará competitivo no setor. Para conquistar o usuário, a operadora terá de oferecer bons serviços e tarifas compensadoras, o que também dependerá da ideia de redução da pesada carga de impostos sobre estes serviços.

O investimento para implantação da nova tecnologia consumirá outros bilhões de reais ao longo do tempo, mas parte considerável deverá se concretizar em prazo relativamente curto, pois até a Copa do Mundo de 2014 todas as capitais onde os jogos serão realizados terão de contar com infraestrutura para o uso de equipamentos de quarta geração. A economia brasileira depende de investimentos para continuar a crescer. E investimentos em infraestrutura de telecomunicações estão entre os fundamentais.

01. Lendo o primeiro parágrafo, deduz-se que **NÃO** caracteriza hoje o mundo das telecomunicações e da informática a seguinte alternativa:
- a evolução tremendamente rápida.
 - a integração entre esses dois campos.
 - a variedade de seus campos de atuação.
 - a capacidade de levar a uma economia avançada.
 - a indispensabilidade dos serviços prestados por esse mundo.
02. “O acesso a esse tipo de tecnologia não é exclusivo de países com economia avançada, cujo elevado nível de renda sustenta um amplo mercado de consumo sofisticado. // A tecnologia da informação está presente no aparelho de telefone celular do cidadão comum”.
- O segundo período desse segmento do texto indica, relativamente ao período anterior, a seguinte relação:
- oposição.
 - concessão.
 - alternância.
 - comparação.
 - exemplificação.
03. “Seja na produção, na prestação de serviços ou no lazer, ninguém mais pode abrir mão dessa ferramenta”; ao dizer que “ninguém mais pode abrir mão dessa ferramenta”, o autor do texto quer dizer que:
- todos os países atrasados devem procurar conhecer novas tecnologias.
 - ninguém, no futuro, poderá deixar de dominar computação.
 - a ferramenta citada é indispensável para todos os cidadãos.
 - a produção de bens utiliza mão de obra experiente.
 - o investimento em tecnologia é bastante rentável.
04. “...ou nas “nuvens”, como se diz no jargão da informática”. Nesse segmento do texto, o vocábulo “nuvens” aparece entre aspas porque:
- se trata de um estrangeirismo.
 - se indica um sentido novo dado à palavra.
 - se destaca uma ideia importante no texto.
 - se pretende identificar um exemplo de gíria.
 - se identifica uma variação formal de linguagem.
05. O terceiro parágrafo do texto introduz uma ideia contrária à dos anteriores, que pode ser expressa do seguinte modo:
- No entanto, o Brasil não está preparado para o desenvolvimento da informática.
 - Os usuários, entretanto, não podem empregar a informática, pois não há “vias”.
 - O Brasil, todavia, só estará preparado para a informática em alguns anos.
 - A informática só funciona, porém, se houver infraestrutura adequada.
 - A informática, porém, não se resume a celulares e tablets.

06. A alternativa em que o termo negrito foi adequadamente substituído por seu antônimo é:
- “...sustenta um **amplo** mercado de consumo...” / reduzido.
 - “...preparada para demandas **crecentes**...” / empobrecidas.
 - “...evolui com uma **rapidez** inacreditável...” / eficiência.
 - “...países com economia **avançada**” / desenvolvida.
 - “Mas esse mundo só é **viável**...” / possível.
07. A principal solicitação do autor do texto é a de:
- existência de concorrência na área de telefonia para a redução de preços.
 - incentivo a maiores investimentos na infraestrutura de telecomunicações.
 - passagem da terceira para a quarta geração de telefonia celular.
 - mais atenção para as obras da Copa do Mundo de 2014.
 - aumento de usuários na telefonia celular.
08. O título do texto – *Tecnologia que vem em boa hora* – se refere ao momento em que:
- os preços da telefonia celular reduziram-se, em função da concorrência.
 - a Anatel promoveu licitações para oferecimento de mais serviços.
 - aumentou o número de usuários de celulares e de tablets.
 - ocorreram investimentos maciços nas telecomunicações.
 - o Brasil será sede de grandes eventos internacionais.
09. A alternativa em que a mudança proposta no texto original modifica o seu sentido é:
- “Troca-se mensagens” / Mensagens são retrucadas.
 - “O Brasil será sede de grandes eventos” / O Brasil sediará grandes eventos.
 - “como se diz no jargão da informática” / como é dito no jargão da informática.
 - “evolui com uma rapidez inacreditável” / evolui com uma inacreditável rapidez.
 - “O mundo das telecomunicações e da informática” / O mundo da informática e das telecomunicações.
10. “A terceira geração (3G) de telefonia celular nem mesmo chegou aos quatro cantos do território nacional e já existe demanda efetiva para a quarta geração (4G)”; isso mostra:
- a má distribuição de renda no país.
 - a falsa sofisticação do povo brasileiro.
 - o atraso do Brasil quanto à tecnologia.
 - o enorme consumo de celulares, mesmo ultrapassados.
 - a incrível rapidez do crescimento da telefonia celular.
11. Uma empresa espera que um funcionário recém-admitido seja capaz de produzir 20 peças por dia durante a primeira semana de trabalho, 23 peças por dia durante sua segunda semana, 26 peças por dia durante sua terceira semana, e assim sucessivamente. Mantendo esse padrão e considerando semanas com 5 dias de trabalho, um funcionário produzirá durante a sua décima quinta semana, o seguinte número de peças:
- 510
 - 495
 - 340
 - 325
 - 310
12. O gerente de um cinema verificou que, com o ingresso a R\$ 30,00, 54 pessoas em média assistem a uma sessão. Contudo, pesquisas encomendadas por esse gerente mostraram que, para cada redução de R\$1,20 no preço dos ingressos, o público de cada sessão aumentaria em 3 espectadores. Nessas condições, a receita máxima de uma sessão corresponde a:
- R\$ 1663,20
 - R\$ 1674,30
 - R\$ 1765,70
 - R\$ 1782,80
 - R\$ 1794,60
13. Com 10 auditores é possível formar b comissões diferentes com 3 auditores cada uma. O valor b é igual a:
- 56
 - 84
 - 120
 - 140
 - 152
14. Uma distribuidora de combustível comercializa gasolina e álcool. Quando mistura esses combustíveis na proporção de 2 litros de gasolina para 5 litros de álcool, o litro dessa mistura é vendido por R\$ 2,80. Contudo, quando a mistura é feita na proporção de 2 litros de gasolina para 1 litro de álcool, o litro é vendido a R\$ 3,00. A diferença entre os valores de um litro de gasolina e um litro de álcool é:
- R\$ 0,510
 - R\$ 0,525
 - R\$ 0,615
 - R\$ 0,620
 - R\$ 0,645
15. Após revisar 16 relatórios, um analista verificou que 3 deles continham erros. Escolhendo ao acaso 2 desses relatórios, a probabilidade de que ambos contenham erros é de:
- 4,0%
 - 3,5%
 - 3,0%
 - 2,5%
 - 2,0%

16. O salário de determinada categoria tem um reajuste anual de 4%, independentemente de quaisquer fatores. Considerando $\log 2 = 0,301$ e $\log 104 = 2,017$, o tempo mínimo necessário para que esse salário ultrapasse o dobro do valor atual, em anos, é igual a:
- A) 25
 - B) 20
 - C) 18
 - D) 15
 - E) 13

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

17. Segundo requisitos estabelecidos em lei complementar, a incorporação de municípios, por lei estadual, é uma competência especificada pela Constituição, da seguinte natureza:
- A) própria
 - B) vedada
 - C) exclusiva
 - D) reservada
 - E) imprópria
18. Em sede de mandado de segurança, é considerada autoridade pública, segundo a classificação de agente delegado, a seguinte pessoa:
- A) notário de registro público
 - B) detentor de mandato político
 - C) ocupante de cargo comissionado
 - D) superintendente da polícia federal
 - E) dirigente da administração indireta
19. A possibilidade de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é uma atribuição do Congresso Nacional classificada como:
- A) sugestiva
 - B) condenatória
 - C) recomendável
 - D) meramente deliberativa
 - E) de julgamento de contravenção penal
20. A iniciativa de lei que estabelece normas gerais para a organização do Ministério Público do Estado é considerada como uma competência exclusiva da seguinte autoridade:
- A) Presidente do Tribunal de Contas da União
 - B) Presidente do Supremo Tribunal Federal
 - C) Superintendente da Polícia Federal
 - D) Procurador Geral do Município
 - E) Presidente da República

21. Segundo a doutrina, não se pode falar em processo legislativo, mas, sim, de simples procedimento elaborativo, quando se estiver diante do preparo de leis classificadas como:
- A) delegadas
 - B) ineficazes
 - C) intermediárias
 - D) extraordinárias
 - E) de efeitos suspensivos

22. A nomeação de um terço dos membros do Tribunal de Contas da União é atribuição do Presidente da República na função básica do Poder Executivo identificada como chefia de:
- A) Tribunal de Contas
 - B) Órgão de Controle
 - C) Controle Externo
 - D) Controle Interno
 - E) Estado

23. A emissão e o resgate de títulos da dívida pública devem ser regulados mediante o seguinte tipo de lei:
- A) decreto
 - B) portaria
 - C) regimento
 - D) complementar
 - E) emenda constitucional

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

24. Segundo regra expressa da Lei de Responsabilidade Fiscal, todas as despesas relativas à dívida pública mobiliária, e as receitas que a atenderão, constarão da seguinte lei:
- A) do plano de carreira
 - B) orçamentária anual
 - C) do regime jurídico único
 - D) de diretrizes da educação
 - E) do regimento do poder legislativo
25. Caso a Prefeitura pretenda selecionar trabalho artístico entre quaisquer interessados mediante prêmio de cinquenta mil reais aos vencedores, optará, respectivamente, pela seguinte modalidade de licitação e observará o seguinte prazo mínimo de antecedência para realização do certame contado da data da publicação do aviso:
- A) leilão/50 dias
 - B) pregão/ 60 dias
 - C) convite/ 30 dias
 - D) concurso/45 dias
 - E) concorrência/ 10 dias

26. Um ato com vício de forma, que posteriormente vem a ser sanado pela autoridade competente através da adoção da forma legal, pode ser convalidado através do seguinte instituto:
- compulsão
 - reposição
 - ratificação
 - avocação
 - retidão
27. A prorrogação dos contratos administrativos ocorre apenas nas hipóteses legais fixadas porque a prorrogação não pode ser a regra, mas, sim, a exceção. A doutrina afirma que, se fosse livre a prorrogabilidade dos contratos, estariam irremediavelmente atingidos os seguintes princípios:
- moralidade/eficácia
 - igualdade/moralidade
 - imessoalidade/retroatividade
 - imessoalidade/ solidariedade
 - economicidade/funcionalidade
28. Empresa prestadora de serviço de *buffet* da avó adotiva do Prefeito está em vias de firmar contrato com o município para atender às necessidades do Palácio, sede do governo municipal. No momento de ser firmado o contrato, a assessoria do Prefeito aponta dúvidas quanto à possibilidade de levar adiante a relação contratual diante da averiguação dos documentos da empresa por conta da proximidade de vínculos afetivos existentes. Segundo a Lei Orgânica e considerando a função do Prefeito, a validade de tal contratação deve ser vista como:
- proibida, subsistindo a proibição até seis meses após finda sua função
 - proibida, subsistindo a proibição até doze meses após finda sua função
 - permitida, inexistindo proibição a qualquer tempo durante seu mandato
 - anulável, subordinando-se à comprovação de preço de mercado até o término da sua função
 - anulável, subordinando-se à comprovação de preço de mercado até dois meses após finda sua função
29. O diretor administrativo de uma empresa contratada pela Secretaria Municipal de Saúde, para entrega de medicamento emergencial contra surto de dengue, foi acusado e devidamente declarado inelegível em condenação por Juiz da Justiça Eleitoral em processo de abuso de poder econômico, objeto de atual apelação. Nesse caso, a Lei Orgânica considera, quanto à validade do contrato para a entrega do produto, que:
- não poderá ser cumprido porque não pode haver compra emergencial de empresa com um empregado condenado pelo Poder Judiciário
 - podará ser cumprido porque a proibição se restringe a candidatos em concurso público
 - não poderá ser cumprido porque houve a condenação do empregado de contratada
 - podará ser cumprido porque ainda não ocorreu o trânsito em julgado da condenação
 - podará ser cumprido porque a proibição é para contrato de prestação de serviço

30. Por decisão motivada do Chefe do Poder Executivo Municipal, um imóvel, a ser ocupado por cinco Secretarias Municipais, com diversos setores administrativos, será adquirido mediante doação com encargo. Para que se promova a referida aquisição, tem-se que observar, de acordo com a literal redação da Lei Orgânica Municipal, o seguinte procedimento a ser adotado:
- autorização judicial
 - autorização legislativa
 - avaliação de impacto ambiental
 - aprovação do Ministério Público
 - comprovação de regularidade fiscal

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Observe o seguinte preceito:

“Os registros e as informações contábeis devem possibilitar a análise da situação patrimonial de entidades do setor público ao longo do tempo e estatisticamente, bem como a identificação de semelhanças e diferenças dessa situação patrimonial com a de outras entidades.”

De acordo com as NBC SP T16, esse enunciado corresponde à seguinte característica do registro e da informação contábil;

- uniformidade
 - confiabilidade
 - imparcialidade
 - verificabilidade
 - comparabilidade
32. Em 28/10/2011, uma determinada prefeitura cancelou uma parcela correspondente a 30% de um empenho ordinário, emitido em 10/09/2011, porque o fornecedor não entregou todo o material solicitado. Com base na estrutura do PCASP, o registro desse fato, sob o enfoque da informação de natureza orçamentária, foi efetuado da seguinte forma:
- Crédito Disponível
C: Crédito Empenhado a Liquidar
 - D: Dotação Orçamentária Inicial
C: Crédito Disponível
 - D: Crédito Empenhado a Liquidar
C: Crédito Disponível
 - D: Crédito Disponível
C: Crédito Empenhado em Liquidação
 - D: Crédito Empenhado em Liquidação
C: Crédito Disponível
33. Um determinado município, por ocasião da elaboração do seu orçamento, previu, como uma das possíveis fontes de arrecadação, o imposto de renda de pessoa física, recolhido dos seus servidores, sendo identificado com a codificação 1112.04.31. Este código de natureza da receita é composto de oito dígitos e subdividido em seis níveis, sendo o algarismo 2 correspondente ao seguinte nível:
- subalínea
 - espécie
 - origem
 - alínea
 - rubrica

34. A receita orçamentária corresponde ao ingresso de recursos financeiros, integrados ao patrimônio público, sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, que irá custear as despesas públicas. Quanto à sua classificação, pela repercussão patrimonial, a receita orçamentária pode ser considerada como efetiva e não efetiva. Dentre as possíveis fontes de arrecadação, aquela que **não** é considerada como sendo uma receita efetiva é:

- A) cota-parte do ICMS
- B) transferências intergovernamentais
- C) dividendo de empresas controladas
- D) recebimento de dívida ativa tributária
- E) juros e atualização monetária de aplicações financeiras

35. Na contabilidade aplicada ao setor público, em todos os níveis de governo, a escrituração com base na estrutura do PCASP é feita respeitando os respectivos subsistemas, bem como a sua natureza de informação. Das alternativas apresentadas, aquela que contém uma conta com informação de natureza patrimonial é:

- A) Controle de Disponibilidade de Recursos
- B) Transferências Intragovernamentais
- C) Créditos a Inscrever na Dívida Ativa
- D) Inscrição de Restos a Pagar
- E) Direitos Contratuais

36. Uma determinada prefeitura, para atender a programas do governo, realizou, no exercício financeiro de 2011, as seguintes despesas:

| | |
|---|-------------|
| Construção de um grupo escolar..... | R\$ 500.000 |
| Aquisição de equipamentos para o posto médico..... | R\$ 25.000 |
| Construção de uma praça para lazer..... | R\$ 100.000 |
| Aquisição de material de consumo para estoque de distribuição.... | R\$ 10.000 |
| Abertura e pavimentação de ruas..... | R\$ 200.000 |
| Manutenção e pintura de hospital municipal..... | R\$ 150.000 |
| Pagamento de pessoal..... | R\$ 200.000 |
| Aquisição de computadores para diversas secretarias..... | R\$ 30.000 |

O valor gasto no período, incorporado ao patrimônio municipal, foi igual a:

- A) R\$ 555.000
- B) R\$ 655.000
- C) R\$ 705.000
- D) R\$ 865.000
- E) R\$ 1.015.000

37. No novo Plano de Contas aplicado ao Setor Público, as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações e estão codificadas e agregadas, estruturalmente, a princípio em sete níveis de desdobramento. Na conta 1.1.2.0.0.00.00 Créditos a Receber a Curto Prazo, a codificação numérica corresponde, na estrutura do PCASP, ao seguinte nível:

- A) subgrupo
- B) classe
- C) grupo
- D) título
- E) item

38. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do ente público durante um exercício financeiro, retratando as variações quantitativas e as qualitativas. Dentre as operações realizadas por um determinado município, aquelas classificadas como variações qualitativas são:

- A) aquisição material para estoque e consumo imediato de material
- B) baixa de créditos fiscais e pagamento de serviços de terceiros
- C) amortização da dívida e recebimento da dívida ativa
- D) pagamento de pessoal e aquisição de bens móveis
- E) alienação de bens móveis e pagamento de juros

39. Em 31/12/2011, a situação do controle contábil da despesa orçamentária de um determinado município apresentava as seguintes contas e respectivos saldos:

| | |
|--|------------|
| Crédito Empenhado a Liquidar..... | R\$ 12.000 |
| Crédito Empenhado Liquidado a Pagar..... | R\$ 14.000 |
| Crédito Empenhado Pago..... | R\$ 40.000 |

A LOA do exercício foi aprovada com uma dotação inicial de R\$ 90.000. Por precaução, o prefeito, em 20/01/2011, contingenciou uma parcela no valor de R\$ 15.000. Em 21/05/2011, para atender a um programa com insuficiência de dotação, foi aprovado um crédito suplementar no valor de R\$ 3.000, com recursos provenientes do excesso de arrecadação. Em 10/08/2011, o prefeito realizou uma descentralização externa de crédito no valor de R\$ 8.000.

No final do exercício, a disponibilidade orçamentária do município era igual a:

- A) R\$ 4.000
- B) R\$ 16.000
- C) R\$ 19.000
- D) R\$ 30.000
- E) R\$ 45.000

Analise as informações abaixo para responder às questões 40 a 42:

Em 31/12/2011, um determinado município elaborou o quadro demonstrativo abaixo, referente aos recursos financeiros arrecadados das diversas fontes:

| Receitas Arrecadadas | R\$ |
|--|--------|
| IPTU | 63.000 |
| ITBI | 10.000 |
| IRRF – PF(servidores) | 15.000 |
| Cota-Parte ITR | 3.000 |
| Cota-Parte ICMS | 20.000 |
| Cota-Parte IPVA | 10.000 |
| Cota-Parte FPM | 52.000 |
| ISS | 20.000 |
| Aluguéis/Arrendamentos | 10.000 |
| Dividendos | 6.000 |
| Alienação Bens Móveis (venda) | 35.000 |
| Operação de crédito Interna | 25.000 |
| Dívida Ativa não Tributária (corrente) | 7.000 |
| Dívida Ativa (IPTU) | 12.000 |
| Juros Aplicação Financeira | 4.000 |

40. No exercício, considerando apenas as receitas efetivas, o total arrecadado correspondeu ao seguinte montante:

- A) R\$ 232.000
- B) R\$ 213.000
- C) R\$ 216.000
- D) R\$ 185.000
- E) R\$ 163.000

41. Considerando somente as receitas de transferências, o montante arrecadado foi igual a:

- A) R\$ 104.000
- B) R\$ 100.000
- C) R\$ 89.000
- D) R\$ 85.000
- E) R\$ 82.000

42. O total das receitas patrimoniais arrecadadas no período foi igual a:

- A) R\$ 16.000
- B) R\$ 20.000
- C) R\$ 49.000
- D) R\$ 55.000
- E) R\$ 83.000

Analise as informações abaixo para responder às questões 43 a 45:

Para verificação dos diversos limites impostos pela legislação vigente, a prefeitura deve apurar o valor da receita corrente líquida, que constitui a base de cálculo para esses limites. Em 31/12/2011, com base nos últimos doze meses, esse montante apurado foi igual a R\$ 250.000.

43. Na verificação da realização das despesas totais com pessoal do Poder Executivo o montante relativo a esse gasto **NÃO** poderia ter ultrapassado, no exercício, ao seguinte valor:

- A) R\$ 150.000
- B) R\$ 135.000
- C) R\$ 122.500
- D) R\$ 121.500
- E) R\$ 102.250

44. De acordo com a legislação vigente, a dívida consolidada líquida desse município estaria limitada ao seguinte montante:

- A) R\$ 300.000
- B) R\$ 375.000
- C) R\$ 437.500
- D) R\$ 500.000
- E) R\$ 750.000

45. A contratação de operações de crédito será precedida de solicitação fundamentada em pareceres técnicos e jurídicos que demonstrem a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação, além de estar subordinada ao dispositivo clássico de finanças públicas, denominado regra de ouro. No exercício financeiro, com base em dispositivos legais, as contratações de operações de créditos estariam limitadas ao seguinte valor:

- A) R\$ 22.080
- B) R\$ 25.950
- C) R\$ 28.750
- D) R\$ 40.000
- E) R\$ 62.500

46. Em 01/09/2011, uma determinada prefeitura verificou a necessidade de solicitar, à Câmara Municipal, autorização para abertura de um crédito suplementar, para atender a despesa na área de saúde. Efetuou, então, um levantamento para apurar a disponibilidade de recursos e verificou o seguinte:

–previsão de arrecadação até 31/ago.....R\$ 5.400
 –arrecadação efetuada.....R\$ 7.200
 –previsão de queda de arrecadação até 31/12.....R\$ 500
 –abertura de um crédito extraordinário ocorrida em 25/06.....R\$ 230
 –reabertura de crédito especial, autorizado em 21/dez/2010.....R\$ 670
 –Poderá ser anulada uma parcela de R\$ 700 de dotação não mais utilizável no exercício.
 –O balanço patrimonial de 2010 apresentava ativo financeiro de R\$ 4.000 e passivo financeiro de R\$ 3.100.

O valor dos recursos disponíveis, informado para a abertura desse crédito adicional, era igual a:

- A) R\$ 1.550
- B) R\$ 2.000
- C) R\$ 2.230
- D) R\$ 2.300
- E) R\$ 2.600

47. A Lei Orçamentária do exercício de 2012 de um determinado município foi aprovada com a seguinte composição:

| Receitas | R\$ |
|---|---------|
| Tributárias | 350.000 |
| Serviços | 60.000 |
| Patrimoniais | 50.000 |
| Contribuições | 20.000 |
| Alienação de Bens | 80.000 |
| Transferências Correntes | 20.000 |
| Operações de Crédito – Contratos | 250.000 |
| Operações de Crédito – Títulos Públicos | 300.000 |

| Despesas | R\$ |
|----------------------------|---------|
| Pessoal e Encargos | 350.000 |
| Juros e Encargos da Dívida | 50.000 |
| Outras Despesas Correntes | 30.000 |
| Investimentos | 150.000 |
| Inversões Financeiras | 250.000 |
| Amortizações da Dívida | 300.000 |

Com base na legislação vigente, o município poderia ter previsto realizar operações de crédito para serem aplicadas no custeio de despesas até o seguinte montante:

- A) R\$ 1.130.000
- B) R\$ 780.000
- C) R\$ 700.000
- D) R\$ 550.000
- E) R\$ 450.000

48. Observe: “É a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas”.

De acordo com os preceitos das NBC SP T 16.10, esta assertiva corresponde à definição de:

- A) valor justo
- B) *impairment*
- C) reavaliação
- D) mensuração
- E) avaliação patrimonial

49. Um determinado órgão, para atender ao consumo de resmas de papel tipo A4, no exercício financeiro de 2011, programou fazer a aquisição em quatro etapas, por falta de espaço suficiente para comportar o volume de uma única aquisição. A aquisição foi planejada, levando em consideração o estoque existente no final de 2010 e a média de consumo de cada trimestre. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques, de acordo com as normas aplicadas ao setor público, corresponde a:

- A) primeiro a entrar, primeiro a sair
- B) custo médio ponderado
- C) valor atual de mercado
- D) valor de aquisição
- E) valor realizável

50. Considere a seguinte situação: “Devidamente autorizado, o município ALFA transferiu, para o município BETA, um bem imobilizado que não seria mais utilizado na prestação de seus serviços, e considerado de extrema necessidade para o município receptor”. Nesse caso de transferência de ativo entre os municípios, deve ter sido atribuído ao bem, pela legislação vigente, o seguinte valor:

- A) justo
- B) de mercado
- C) de aquisição
- D) realizável líquido
- E) contábil líquido

51. Em 20/01/2012, um servidor de determinada prefeitura recebeu um suprimento de fundos no valor de R\$ 5.000, para realizar despesas de pequeno vulto, pertinentes à secretaria municipal onde está lotado. Posteriormente, em 15/04, o suprimento devolveu o valor de R\$ 1.000, correspondente ao saldo não aplicado em despesas efetuadas. Considerando que o município, desde o início de 2011, vem adotando a estrutura do PCASP, o lançamento **não** pertinente à devolução, em relação à natureza orçamentária, é:

- A) D: Crédito Empenhado pago
C: Crédito Empenhado Liquidado
- B) D: Crédito Empenhado em Liquidação
C: Crédito Empenhado a Liquidar
- C) D: Crédito Empenhado a Liquidar
C: Crédito Disponível
- D) D: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C: Crédito Empenhado em Liquidação
- E) D: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
C: Crédito Empenhado Pago

Analise as informações abaixo e responda às questões 52 a 54:

Em 31/12/2011, o Balanço Patrimonial de um determinado município, elaborado de acordo com a estrutura atualizada pelo anexo da Lei 4.320/64, apresentava o ativo e o passivo com os seguintes dados:

| | |
|---|--------|
| Bancos..... | 55.000 |
| Créditos Fiscais Inscritos (LP)..... | 4.000 |
| Mobiliário..... | 15.000 |
| Depósitos Diversos..... | 8.000 |
| Créditos a Receber (salário-família)..... | 2.000 |
| Equipamentos..... | 10.000 |
| Fornecedores Nacionais (CP)..... | 10.000 |
| Pessoal – Encargos Sociais..... | 18.000 |
| Empréstimos e Financiamentos (CP)..... | 10.000 |
| Imóveis..... | 60.000 |
| Aplicações Financeiras..... | 8.000 |
| Contratos de Serviços..... | 50.000 |
| Empréstimos e Financiamentos (LP)..... | 85.000 |
| Estoque para Fornecimento..... | 10.000 |
| Consignações..... | 4.000 |
| Direitos e Obrigações Contratuais..... | 50.000 |
| Veículos..... | 3.500 |
| Depreciações Acumuladas..... | 9.500 |

Considere também a seguinte informação complementar:

Na Demonstração das Variações Patrimoniais, elaborada em 31/12, os montantes das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas eram, respectivamente, iguais a R\$ 80.000 e R\$ 76.000.

52. No Balanço Patrimonial, o valor correspondente ao Passivo Circulante era igual a:

- A) R\$ 50.000
- B) R\$ 48.000
- C) R\$ 45.000
- D) R\$ 42.000
- E) R\$ 40.000

53. Ainda no mesmo balanço, o montante do Saldo Acumulado até o exercício, demonstrado no Patrimônio Líquido, era de:

- A) R\$ 15.000
- B) R\$ 18.000
- C) R\$ 19.000
- D) R\$ 20.000
- E) R\$ 23.000

54. Para cumprimento aos dispositivos da lei nº 4.320/64, na estrutura atual do balanço patrimonial deve conter um quadro demonstrativo indicando, também, o valor do Ativo Permanente. Nesse caso, o valor do referido grupo demonstrado correspondeu ao seguinte montante:

- A) R\$ 79.000
- B) R\$ 83.000
- C) R\$ 85.000
- D) R\$ 93.000
- E) R\$ 102.000

55. O novo PCASP está estruturado em oito classes de contas agrupadas não mais em subsistemas e, sim, em naturezas de informações. No final do exercício financeiro, o controle da inscrição de créditos em dívida ativa será feito utilizando conta específica, classificada na seguinte classe e grupo de contas:
- A) 8.3
B) 7.3
C) 6.2
D) 5.3
E) 5.2
56. O balanço orçamentário, na sua estrutura atualizada, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução; e deve demonstrar, também, o resultado orçamentário. Para elaboração do balanço orçamentário serão utilizadas as contas classificadas no PCASP nas seguintes classe e grupos:
- A) 5.1 e 6.1
B) 5.1 e 6.2
C) 5.2 e 6.2
D) 7.1 e 8.1
E) 7.2 e 8.2
57. O balanço patrimonial indica a situação patrimonial do ente público. Na sua estrutura atualizada, apresenta os valores dos elementos patrimoniais do exercício a que se refere, comparando-os com o do exercício anterior. Demonstra a situação patrimonial sob dois enfoques: o primeiro obedece à teoria contábil; o segundo expressa, de forma resumida, o enfoque da Lei 4.320/64. Para indicar os atos potenciais que possam vir a afetar o patrimônio, no demonstrativo referente às compensações, são utilizados os saldos das contas da seguinte classe, descrita no PCASP:
- A) oito
B) sete
C) cinco
D) seis
E) dois
58. Em 31/12/2011, uma determinada prefeitura, após verificar que seriam cumpridas as condições estabelecidas para a entrega do material, efetuou a inscrição da despesa orçamentária em Restos a Pagar não Processados. Posteriormente, em 20/02/2012, após a conclusão do processo de aquisição, foi efetuado o referido pagamento. A prefeitura, para o lançamento contábil referente a esse pagamento, sob o enfoque da informação orçamentária, utilizou para o débito e o crédito, respectivamente, as contas classificadas nas seguintes classes e grupos do PCASP:
- A) 5.3 e 6.3
B) 6.2 e 6.3
C) 6.3 e 6.3
D) 7.3 e 8.3
E) 8.2 e 8.2
59. As transações no setor público são alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio das entidades do setor público, as quais são objeto de registro contábil em estreita observância aos Princípios de Contabilidade e às NBCASP. Quanto à natureza, é considerada uma transação administrativa a seguinte operação:
- A) pagamento de pessoal
B) inscrição na dívida ativa
C) cessão de bens a terceiros
D) prestação de serviços de terceiros
E) arrecadação de receitas tributárias
60. No exercício financeiro vigente, uma determinada prefeitura recebeu do governo federal, por descentralização, uma parcela de crédito orçamentário, para atendimento a um programa na área de educação, cuja execução seria de responsabilidade do município. Sabendo-se que o município já vem adotando, desde o exercício de 2011, as novas normas e procedimentos de contabilidade para o setor público, o lançamento contábil realizado, com contas do subsistema de informações orçamentárias, de acordo com o PCASP, foi:
- A) D: Crédito Disponível
C: Crédito Adicional Suplementar
B) D: Dotação Orçamentária Inicial
C: Crédito Disponível
C) D: Crédito Disponível
C: Movimentação de Créditos Recebidos – Repasse
D) D: Movimentação de Créditos Recebidos – Provisão
C: Crédito Disponível
E) D: Movimentação de Créditos Recebidos - Destaque
C: Crédito Disponível
61. Durante a execução da Lei Orçamentária no exercício financeiro, caso deseje realizar certa despesa, uma determinada prefeitura deverá, em cumprimento das normas vigentes, verificar a sua real disponibilidade financeira. De acordo com os procedimentos vigentes, na escrituração contábil aplicada ao setor público, essa verificação da disponibilidade financeira poderá ser efetuada com base no saldo da seguinte conta do PCASP:
- A) Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometidos
B) Disponibilidade por Destinação de Recursos Utilizados
C) Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional
D) Disponibilidade por Destinação de Recursos
E) Crédito Disponível
62. O encerramento do exercício contábil implica alguns procedimentos específicos que devem ser adotados por todos os entes da federação. Uma atenção especial deve ser dada às contas de natureza de informação orçamentária e de controle, pois uma parcela dessas contas não transfere saldo para o exercício seguinte, devendo ser encerradas. Com base no PCASP, das contas abaixo, aquela cujo saldo **não** se transfere para o exercício seguinte é:
- A) PPA – Aprovado
B) RP Processados – Exercícios Anteriores
C) RP Processados – Inscrição no Exercício
D) RP não Processados Liquidadas a Pagar
E) Créditos Encaminhados para a Dívida Ativa

63. Na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2012 de uma determinada prefeitura, não foi prevista a cobrança de uma parcela referente a aluguéis de alguns imóveis cedidos a terceiros. Em sendo arrecadada essa receita não prevista anteriormente, ela deverá ser classificada como:

- A) receitas diversas
- B) receita patrimonial
- C) receita extraordinária
- D) outras receitas correntes
- E) receita extraorçamentária

64. Entende-se como despesa pública todos os desembolsos efetuados pelos entes da federação no atendimento aos serviços e encargos assumidos, em decorrência de determinações constitucionais, leis, contratos e outros instrumentos. Considere que a Prefeitura do Município ABC, no exercício financeiro de 2011, tenha realizado todos os estágios de uma determinada despesa, e que em março de 2012, a despesa tenha sido cancelada; em consequência, a Prefeitura recebeu o recurso financeiro desembolsado. O fato ocorrido deverá ser classificado e registrado na contabilidade como:

- A) ajuste de exercícios anteriores
- B) anulação de despesa de exercício
- C) arrecadação de receita orçamentária
- D) arrecadação de receita extraorçamentária
- E) anulação de despesa de exercícios anteriores

Análise os dados apresentados abaixo para responder às questões 65 a 68:

Do balanço orçamentário de uma determinada prefeitura, elaborado em 31/12/2011, de acordo com a estrutura atualizada, foram extraídos os seguintes dados:

| | Receitas Correntes | Receitas de Capital |
|---------------------|--------------------|---------------------|
| Previsão Inicial | 63.000 | 52.500 |
| Previsão Atualizada | 65.000 | 52.500 |
| Receitas Realizadas | 70.000 | 50.000 |

| | Despesas Correntes | Despesas de Capital |
|---------------------|--------------------|---------------------|
| Dotação Inicial | 79.000 | 36.500 |
| Dotação Atualizada | 82.500 | 36.500 |
| Despesas Empenhadas | 81.000 | 35.000 |
| Despesas Liquidadas | 75.000 | 32.000 |
| Despesas Pagas | 72.000 | 30.000 |

Considere também as seguintes informações complementares:

- I) No exercício não houve refinanciamento da dívida;
- II) Foi aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.500 com recursos provenientes do superávit financeiro do balanço patrimonial de 2010.

65. Em 31/12, o montante das despesas inscritas em Restos a Pagar correspondeu a:

- A) R\$ 5.000
- B) R\$ 9.000
- C) R\$ 14.000
- D) R\$ 17.000
- E) R\$ 18.000

66. Com base na execução da Lei Orçamentária do referido exercício e pelos dados apresentados no balanço, o valor da economia orçamentária foi igual a:

- A) R\$ 3.000
- B) R\$ 5.000
- C) R\$ 8.500
- D) R\$ 13.500
- E) R\$ 18.000

67. O resultado orçamentário global do exercício correspondeu a um superávit de:

- A) R\$ 18.000
- B) R\$ 5.500
- C) R\$ 5.000
- D) R\$ 4.000
- E) R\$ 3.000

68. No intuito de realizar a avaliação da gestão orçamentária, um dos procedimentos é efetuar a análise por quocientes. Com base nos dados apresentados, pode-se calcular o Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária, que correspondeu ao seguinte valor com 2 casas decimais:

- A) 1,50
- B) 1,18
- C) 1,03
- D) 1,02
- E) 0,98

Análise os dados apresentados abaixo para responder às questões 69 a 71:

Durante o exercício financeiro de 2011 foram registradas as seguintes operações realizadas em uma determinada prefeitura, que não tinha entidade alguma da administração indireta a ela vinculada:

| | |
|---|------------|
| Arrecadação de receitas ordinárias..... | R\$100.000 |
| Pagamento de restos a pagar inscritos em 2010..... | R\$ 20.000 |
| Baixa do estoque, por consumo, de materiais diversos..... | R\$ 1.000 |
| Recebimento de depósito de terceiros (por contrato)..... | R\$ 3.000 |
| Execução de despesas vinculadas..... | R\$ 25.000 |
| Arrecadação de receitas vinculadas..... | R\$ 40.000 |
| Restituição de depósitos diversos..... | R\$ 10.000 |
| Consignações retidas folha de pagamento dez/2011..... | R\$ 3.000 |
| Despesas ordinárias realizadas..... | R\$ 80.000 |
| Consignações retidas e transferidas..... | R\$ 8.000 |
| Recebimento de caução em dinheiro..... | R\$ 5.000 |
| Restos a pagar inscritos em Dez/2011..... | R\$ 8.000 |

69. O balanço financeiro elaborado em 31/10/2011, conforme a estrutura definida na Parte V do MCASP – 4ª edição demonstrará, implicitamente, que o resultado financeiro correspondeu a um:

- A) déficit de R\$ 8.000
- B) déficit de R\$ 13.000
- C) superávit de R\$ 5.000
- D) superávit de R\$ 11.000
- E) superávit de R\$ 16.000

70. Sabendo-se que no início do exercício os saldos de caixa e equivalente de caixa eram de R\$ 42.000, o valor correspondente ao disponível para o exercício financeiro seguinte era igual a:

- A) R\$ 16.000
- B) R\$ 43.000
- C) R\$ 45.000
- D) R\$ 58.000
- E) R\$ 102.000

71. Para analisar a avaliação da gestão financeira do município foi calculado o Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro, que correspondeu ao seguinte valor resultado com 2 casas decimais:

- A) 2,19
- B) 1,55
- C) 1,00
- D) 0,69
- E) 0,31

Análise as informações abaixo para responder às questões 72 a 74:

No exercício financeiro de 2011 foram realizadas as seguintes operações, registradas na contabilidade de uma determinada prefeitura:

| | |
|--|------------|
| Arrecadação de receitas tributárias..... | R\$ 35.000 |
| Arrecadação de receitas patrimoniais..... | R\$ 5.000 |
| Pagamento de pessoal e encargos..... | R\$ 20.000 |
| Recebimento cota-parte FPM..... | R\$ 20.000 |
| Arrecadação de receitas de serviços..... | R\$ 6.000 |
| Aquisição de bens móveis..... | R\$ 4.000 |
| Pagamento de juros e encargos da dívida..... | R\$ 10.000 |
| Doação de bens móveis a entidades sem fins lucrativos..... | R\$ 2.000 |
| Operações de crédito internas..... | R\$ 30.000 |
| Pagamento de serviços de terceiros..... | R\$ 13.000 |
| Pagamento de Restos a Pagar (fornecedores) inscritos em 2010..... | R\$ 5.000 |
| Amortização de empréstimos obtidos..... | R\$ 40.000 |
| Apropriação de um imóvel doado por terceiros..... | R\$ 8.000 |
| Recebimento de depósito de terceiros (por contrato)..... | R\$ 3.000 |
| Baixa do estoque, por consumo, de materiais diversos..... | R\$ 1.000 |
| Apropriação parcela depreciação imobilizado..... | R\$ 2.000 |
| Inscrição de despesas em Restos a Pagar Processados..... | R\$ 5.000 |
| Venda de bens móveis por R\$ 6.000, cujo valor contábil líquido era de R\$ 5.000 | |

72. Na Demonstração das Variações Patrimoniais elaborada em 31/12/2011, o resultado patrimonial indicado correspondeu a um:

- A) déficit de R\$ 3.000
- B) déficit de R\$ 5.000
- C) superávit de R\$ 5.000
- D) superávit de R\$ 15.000
- E) superávit de R\$ 27.000

73. Na Demonstração de Fluxo de Caixa elaborada em 31/12/2011, pelo método direto, o fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento foi:

- A) negativo de R\$ 5.000
- B) negativo de R\$ 10.000
- C) negativo de R\$ 15.000
- D) positivo de R\$ 10.000
- E) positivo de R\$ 12.000

74. Ainda com base na mesma demonstração contábil elaborada, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa foi considerada como:

- A) superavitária de R\$ 10.000
- B) superavitária de R\$ 15.000
- C) superavitária de R\$ 20.000
- D) deficitária de R\$ 10.000
- E) deficitária de R\$ 20.000

75. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual, as prefeituras dos municípios deverão repassar para as Câmaras Municipais, mensalmente, a parcela que lhes compete para execução de suas despesas. Com base na estrutura do PCASP, o lançamento a ser efetuado pelas prefeituras, para registrar essa transferência, com as contas discriminadas até o 3º nível, será:

- A) D: 7.2.1. Controle de Disponibilidade de Recursos
C: 8.2.1. Execução da Disponibilidade de Recursos por Destinação de Recursos
- B) D: 3.5.1. Transferências Intragovernamentais
C: 7.2.1. Controle da Disponibilidade de Recursos
- C) D: 6.2.2. Descentralização Externa de Crédito
C: 6.2.2. Crédito Disponível
- D) D: 6.2.2. Crédito Disponível
C: 6.2.2. Descentralização Externa de Crédito
- E) D: 3.5.1. Transferências Intergovernamentais
C: 1.1.1. Caixa e equivalentes de Caixa

76. No início do exercício financeiro, a contabilização da previsão da receita, estabelecida na Lei Orçamentária Anual, que um determinado município espera arrecadar, será registrada, segundo a estrutura do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, utilizando contas classificadas, respectivamente, nas seguintes classes e grupos:

- A) 7.2 e 8.3
- B) 5.2 e 6.3
- C) 5.2 e 6.2
- D) 5.1 e 8.2
- E) 4.2 e 8.3

77. O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas, e deverá passar por todos os estágios da execução da despesa. Considere, então, o fato de um suprimento de fundo ter sido concedido a um servidor em novembro de 2011. Em 31/01/2012, esse servidor efetuou a comprovação das despesas e devolveu, nessa data, uma parcela de valores não aplicados. Entre os lançamentos abaixo, independentemente da natureza da informação, e com base nas contas classificadas no PCASP, aquele que se considera pertinente à operação é:

- A) D: Receita a Realizar
C: Receita Realizada
- B) D: Crédito Empenhado a Liquidar
C: Crédito Disponível
- C) D: Disponibilidade por Destinação de Recursos
C: Controle das Disponibilidades de Recursos
- D) D: Outras Obrigações de Curto Prazo – Adiantamento
C: Adiantamentos Concedidos a Pessoal
- E) D: Caixa e Equivalente de Caixa
C: Outras Obrigações de Curto Prazo – Suprimento de Fundos

78. Na Lei Orçamentária Anual de um determinado município, os recursos financeiros a serem arrecadados durante o exercício financeiro são classificados segundo as categorias econômicas. Numa determinada data, ocorreu o ingresso de uma receita proveniente da alienação de bens imóveis, não prevista no orçamento. Nesse caso, na ocasião da arrecadação, esse ingresso foi classificado como sendo uma receita do seguinte tipo:

- A) extraordinária
- B) a classificar
- C) patrimonial
- D) corrente
- E) de capital

79. Em 20/03/2012, um determinado município realizou o pagamento de uma despesa, referente à amortização do principal de uma operação de crédito por contrato, realizada no exercício de 2011, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na Lei Orçamentária Anual do exercício vigente, no Quadro de Detalhamento da Despesa, essa despesa, quanto à classificação de sua natureza, estava discriminada com a seguinte codificação numérica:

- A) 4.6.90
- B) 4.5.80
- C) 4.2.90
- D) 3.6.80
- E) 3.6.60

80. Dentre as demonstrações citadas pela NBC SP T 16.6, apresenta-se a Demonstração do Resultado Econômico, que evidencia o resultado econômico de ações do setor público. O objetivo dessa demonstração é permitir a análise da eficiência da gestão pública. Deve ser elaborada considerando sua interligação com o subsistema de custos e ser apresentada na forma dedutiva por meio do seguinte conteúdo: receita econômica, do custo dos serviços prestados e do resultado econômico. De acordo com a citada norma, o valor, apurado a partir de benefícios gerados à sociedade pela ação pública, caracteriza-e como conceito de:

- A) resultado econômico apurado
- B) custo de oportunidade
- C) custo de execução
- D) receita econômica
- E) custo direto

Anote aqui seu gabarito e destaque no pontilhado.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|
| 01 | | 11 | | 21 | | 31 | | 41 | | 51 | | 61 | | 71 | |
| 02 | | 12 | | 22 | | 32 | | 42 | | 52 | | 62 | | 72 | |
| 03 | | 13 | | 23 | | 33 | | 43 | | 53 | | 63 | | 73 | |
| 04 | | 14 | | 24 | | 34 | | 44 | | 54 | | 64 | | 74 | |
| 05 | | 15 | | 25 | | 35 | | 45 | | 55 | | 65 | | 75 | |
| 06 | | 16 | | 26 | | 36 | | 46 | | 56 | | 66 | | 76 | |
| 07 | | 17 | | 27 | | 37 | | 47 | | 57 | | 67 | | 77 | |
| 08 | | 18 | | 28 | | 38 | | 48 | | 58 | | 68 | | 78 | |
| 09 | | 19 | | 29 | | 39 | | 49 | | 59 | | 69 | | 79 | |
| 10 | | 20 | | 30 | | 40 | | 50 | | 60 | | 70 | | 80 | |

ATENÇÃO

O **caderno de questões** contém 80(oitenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C,D,E), organizadas da seguinte forma:

CONHECIMENTOS GERAIS: de **01 a 10** - *Língua Portuguesa*; de **11 a 16** - *Matemática*; de **17 a 23** - *Noções de Direito Administrativo e Legislação Específica*; de **24 a 30** - *Noções de Direito Constitucional e Legislação Específica* e

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: de **31 a 80**.

INSTRUÇÕES

1. A duração da prova é de 4 (quatro) horas , considerando, inclusive, a marcação do **Cartão de Respostas**. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.
2. Ao ser dado o sinal de início da prova verifique se a prova é para o **cargo** para o qual concorre, confira, também, a numeração das questões e a paginação. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal de sala.
3. Verifique, no **Cartão de Respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
4. O **Caderno de Questões** poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no **Cartão de Respostas** serão objeto de correção.
5. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas.
6. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - não haverá substituição por erro do candidato;
 - não deixar de assinar no campo próprio;
 - não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
 - outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**;
 - será atribuída pontuação zero à questão que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.
7. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
8. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.
9. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.
10. Você poderá anotar suas respostas em área específica do Caderno de Questões, destacá-la e levar consigo.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
12. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o **Caderno de Questões** e o **Cartão de Respostas**.

Não esqueça seu documento de identidade.

Boa Prova!